



Mapeamento do Apoio Municipal às Atividades Culturais no Agreste Pernambucano

FERNANDA SOUZA PEREIRA (MESTRANDO EM ECONOMIA NO PPGECON/CAA/ UFPE)

MARCUS VINÍCIUS AMARAL E SILVA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO CSHNB/UFPI)

DANYELLA JULIANA MARTINS DE BRITO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO PPGECON/CAA/UFPE)

O setor cultural não se desenvolve de maneira homogênea no território, sendo necessário que as políticas públicas de fomento a esse tipo de atividade econômica tenham foco nas especificidades de cada localidade. De maneira análoga, os produtos gerados também são heterogêneos. Atividades e equipamentos como cinema, teatro, concerto, shows, museus, galerias, artesanato, feira de livros, programa de televisão, desfile de carnaval, montagem de peças teatrais, celebrações e manifestações tradicionais populares demandam diferentes níveis de qualificação profissional, estimulando a economia local e gerando emprego e renda a grupos distintos da população.

Acriação, reforma e modernização dos equipamentos culturais de uma localidade tem o potencial de afetar o bem-estar da população, bem como gerar transbordamentos positivos para o desenvolvimento de outras atividades econômicas. Nesse sentido, Silva e Brito (2020) analisam como uma redução no consumo de bens e serviços culturais geram impactos na produção, no rendimento e no emprego do próprio setor e dos setores interligados. Os principais resultados mostram que uma redução no consumo do setor cultural em 10% provoca uma perda de R\$ 2,7 bilhões no produto do próprio setor, e uma perda adicional de R\$ 1,5 bilhões em toda a economia, tornando evidente os efeitos de transbordamentos do setor.

Na mesorregião do Agreste Pernambucano, as principais cidades que se destacam com grandes eventos culturais são Caruaru, Garanhuns, Bezerros e Gravatá. Dentre essas, vale mencionar a famosa festa popular de São João de Caruaru, que apresentou cerca de 3,2 milhões de visitantes durante o período junino no ano de 2019, segundo dados do Centro de Monitoramento e Gestão de Eventos (CIMGE) municipal; e Garanhuns, com o Festival

de Inverno (FIG), por onde circularam cerca de 600 mil pessoas nos seus 10 dias de evento em 2019, de acordo com a Secretaria de Cultura de Pernambuco (Secult/PE). Essas festas populares representam um misto de tradição e modernização com grande influência econômica e social para os residentes e para o turismo, constituindo a preservação e perpetuação da cultura popular.

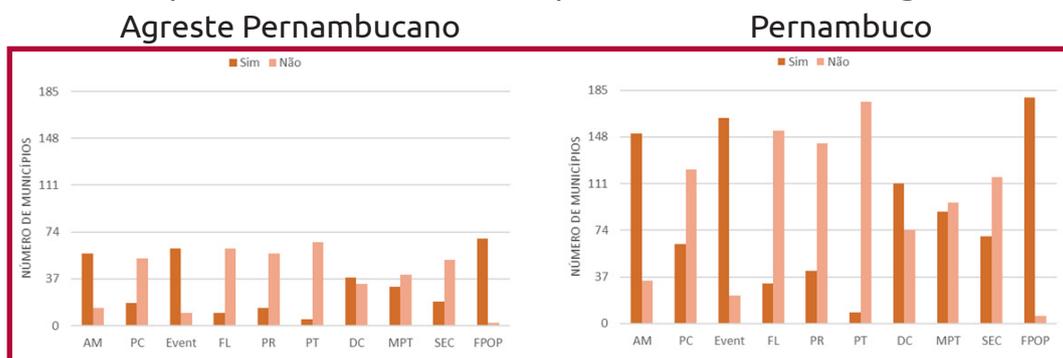
Diante da importância do setor para a economia local, foi realizado um mapeamento do apoio municipal às atividades culturais, com o objetivo de identificar como as gestões municipais alocam recursos entre essas atividades. Para caracterizar as localidades com “melhor” disposição de equipamentos culturais, é computado um indicador de amenidades culturais para os municípios pernambucanos, com enfoque na mesorregião do Agreste.

De acordo com os dados do Suplemento de Cultura da MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais), publicados pelo IBGE, é possível observar o apoio municipal ao setor no Agreste Pernambucano e em Pernambuco em 2018 (Figura 01). Os dados evidenciam uma quantidade representativa de municípios que apoiam apresentações musicais (AM), tanto no Agreste como no Estado (Figura 01 a). Tal fato pode ser explicado pela atuação direta do governo federal, por meio da criação e desenvolvimento de políticas públicas voltadas a garantir a diversidade musical, promovendo formação musical em ambientes escolares e nãoescolares (CNPQ, 2010).

Figura 01

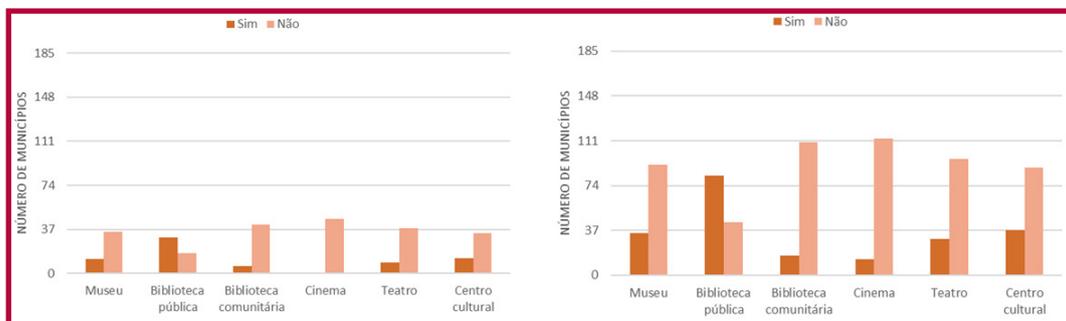
Mapeamento do apoio municipal ao setor cultural em Pernambuco, 2018¹

(a) A gestão municipal, nos últimos 12 meses, apoiou financeiramente alguma das atividades



¹ Pernambuco possui 184 municípios e o arquipélago Fernando de Noronha, aqui todos são computados como municípios.

(b) A gestão municipal desenvolveu, nos últimos 12 meses, programa ou ação para a implantação, reforma ou modernização dos equipamentos



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de cultura da MUNIC-IBGE.

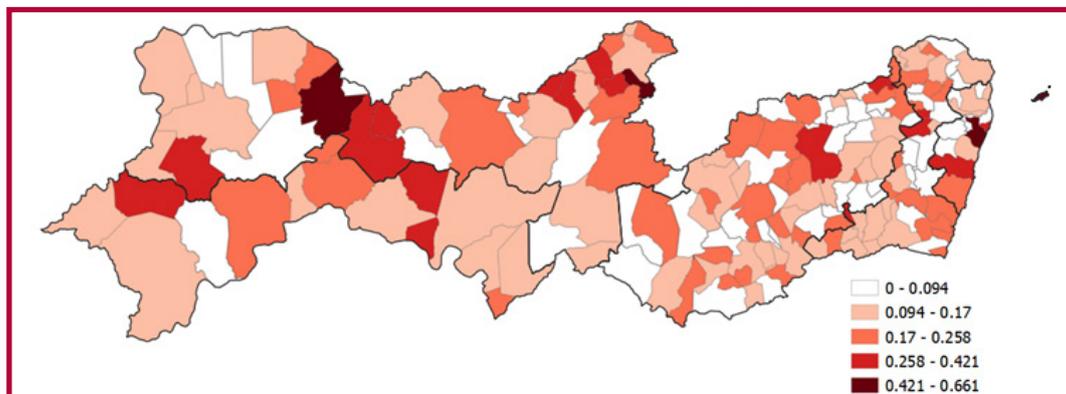
Observando as informações para publicações culturais (PC) e feiras de livros (FL), nota-se um baixo número de municípios que apoiam esses tipos de atividades. Esse é um resultado que dialoga com a realidade brasileira. Segundo os dados da pesquisa Retratos da Leitura do Instituto Pró-Livro, referente ao ano de 2016, cerca de 44% dos respondentes afirmaram não ter hábito de leitura e 30% afirmaram nunca ter comprado um livro. Em geral, quanto maior a escolaridade, maior a proporção de compradores de livros (AMORIM, 2008). Em conjunto, a falta de incentivo público e a falta de motivação individual em termos de práticas de leitura, podem resultar ou ser resultantes de uma sociedade com baixa escolaridade.

É possível constatar um número elevado de municípios que apoiam eventos (Event) e festividades populares (FPOP), no Agreste e em Pernambuco, o que pode ser explicado pela forte diversidade da cultura popular e pelos elevados retornos econômicos gerados em contrapartida ao apoio financeiro a estes eventos. Neste contexto, destaca-se também o expressivo apoio municipal aos desfiles de carnaval (DC). Em cidades onde a cultura carnavalesca é forte, tais como Bezerros, Pesqueira e Triunfo, os dados evidenciam o suporte dos governos municipais. Ademais, em Pernambuco, destaca-se Recife, Olinda e Nazaré da Mata com carnavais tradicionais.

Quanto aos programas radiofônicos (PR) e programas de televisão (PT), constata-se um baixo número de municípios que investem nessas atividades, o que pode estar associado ao avanço tecnológico, que oferece diversas plataformas digitais de transmissão de informações numa velocidade rápida e de baixo custo. Com relação a montagem de peças de teatro (MPT), menos da metade dos municípios apoiaram financeiramente a atividade em 2018. Uma outra maneira de observar o interesse da gestão municipal, quanto ao setor, está no desenvolvimento de programas ou ações para implementação, reforma ou modernização de equipamentos culturais (Figura 01 b). Neste sentido, o baixo número de montagens de peças teatrais é acompanhado pelo reduzido número de municípios que investiram em teatros.

Outros equipamentos culturais que apresentam reduzida atuação dos municípios para a implementação, reforma ou modernização são cinemas e bibliotecas comunitárias. Isso se deve ao fato desses equipamentos serem, em geral, ofertados pela comunidade local ou pelo setor privado. Esta última fonte de financiamento é o caso da maior parte dos cinemas. Já para o caso das bibliotecas públicas, o número de municípios que investem nesse atrativo cultural se sobrepõe aos que não investem.

Para compreender melhor a distribuição dos equipamentos culturais no território pernambucano, foi construído um índice de amenidades culturais, também a partir das informações da MUNIC de 2018. Tal indicador engloba aspectos relacionados à existência e quantidade de itens e equipamentos culturais no município. A metodologia para o cômputo do índice engloba o cálculo da média das quantidades *per capita*² de bibliotecas, museus, teatros ou salas de espetáculos, centros culturais, estádios ou ginásios e centros de artesanato presentes no município (BRITO, LOMBARDI FILHO, 2019). O indicador de amenidades varia entre zero e um, tal que localidades com maior número de equipamentos culturais apresentam indicadores mais próximos do valor unitário (Figura 02).

Figura 02**Indicador de amenidades culturais nos municípios pernambucanos, 2018**

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de cultura da MUNIC-IBGE.

Analisando o Agreste Pernambucano, nota-se que o município de Caruaru exibe o maior índice de amenidade cultural, de 0,405. Na cidade há uma diversidade de equipamentos culturais acessíveis – a citar, os diversos museus (Casa Museu Mestre Vitalino, Memorial Mestre Galdino, Museu do Forró/Luiz Gonzaga, e outros), teatros, centros culturais e centros de artesanatos que estão sob a responsabilidade da gestão municipal. Isso explica seu elevado índice de amenidade cultural, comparativamente aos outros municípios que compõem o Agreste Pernambucano. Ademais, nota-se Orobó (0,3) e Machados (0,298) com uma relativamente boa oferta de equipamentos culturais, ponderada pelo tamanho populacional. Apesar dos dois municípios não possuírem teatros ou museus, verifica-se a presença de biblioteca pública, centro de artesanato e estádios/ginásios esportivos. A despeito desses resultados, as referidas cidades do Agreste apresentam uma oferta *per capita* de

2 Utilizando a classe de tamanho da população estimada de 2018 da MUNIC-IBGE.

equipamentos culturais inferior ao observado nos municípios pernambucanos com melhores índices de amenidade culturais, a citar, Fernando de Noronha (0,571), Recife (0,661), Tuparetama(0,491) e Serrita (0,588).

Fica evidente que um número expressivo de municípios no Agreste recebeu baixo apoio financeiro dos governos municipais aos equipamentos culturais (Figura 01 b) o que se traduziu em baixos índices de amenidades culturais (Figura 02), em 2018. Dentre esses se sobressaem Barra de Guabiraba (0,027) e Vertentes (0,02). Adicionalmente, Surubim não possuía algum equipamento cultural gerido pelo município em 2018.

A existência de boas condições para o desenvolvimento da atividade cultural pode ser uma porta de entrada do capital e da atração de empreendimentos comerciais (Machado *et al.*, 2013). A importância do investimento e apoio municipal ao setor ultrapassa os resultados econômicos de renda, trabalho e produção. Quanto mais elevado o capital cultural de uma localidade maiores são as chances de melhores indicadores educacionais, uma vez que filhos de pais com maior bagagem cultural possuem maiores chances de sucesso nos resultados escolares e, conseqüentemente, nos resultados profissionais. Também é possível que menores índices de violência estejam atrelados à presença de equipamentos culturais em regiões periféricas. A existência de atividades como teatro, dança e música, bem como a presença de bibliotecas comunitárias e centros culturais, proporcionam uma oportunidade de enriquecimento educacional e alocação produtiva do tempo, aspectos que, em ambientes de risco, podem resultar em menos jovens envolvidos em atividades criminosas. Diante do exposto, pensar em políticas públicas voltadas para o setor cultural, considerando as especificidades locais, é pensar em desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Galeno (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Pró-livro, 2008.

BRITO, D. J. M.; LOMBARDI FILHO, S. C. Fatores determinantes da participação no mercado de trabalho cultural brasileiro. **Pesquisa e planejamento econômico**, v.49, n. 2, p. 33-63, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil) – CNPC. **Câmara e colegiado setorial de música: relatório de atividades 2005-2010**. Brasília, DF, 2010.

MACHADO, A.F.; SIMOES, R. F.; DINIZ, S. C. Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: The Case of Brazil. **Current Urban Studies**, v. 1, n. 4, p. 92-101, 2013.

SILVA, M. V. A.; BRITO, D.J.M. O impacto de choques no setor cultural brasileiro: uma análise de emprego e renda à luz dos cortes orçamentários. **Nova Economia**, v.29, n. Especial, p. 1249-1275, 2020.



Evidências da Descentralização do Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco: O Desempenho do Agreste Central

EUCLECIA MARIA DE ARRUDA (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)
ISABELLA L. NEVES FROTA (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO NG/CAA/UFPE)
LUCILENA F. CASTANHEIRA CORRÊA (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO NG/CAA/UFPE)

O estado de Pernambuco é caracterizado por uma forte diferença entre suas doze microrregiões, fato este que impacta diretamente na economia local. Vale ressaltar como exemplo, a Região Metropolitana do Recife (RMR), que em 2017 registrou uma participação de 58,2% do PIB estadual. Diante dessa perspectiva, é importante pontuar que o objetivo da divisão de um estado em “microrregiões” se dá pelo fato da necessidade em direcionar políticas públicas para que sejam mais eficazes, aproveitando as vocações econômicas de cada região. Neste sentido, a região do Agreste Pernambucano, que inclui o Agreste Central, o Agreste Meridional e o Agreste Setentrional, apresentou uma evolução positiva na composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual de 9,21% entre os anos de 2010 e 2017. Esse cenário, consolida o Agreste Pernambucano como a segunda região com maior participação no PIB estadual, conforme Tabela 01.

Tabela 01

Participação das Regiões de Desenvolvimento de PE no Produto Interno Bruto (PIB) Estadual - 2010 a 2017 (%)

Regiões de Desenvolvimento - PE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Agreste Central	8,11	8,21	8,32	8,37	8,70	8,70	8,62	8,73
Agreste Meridional	3,65	3,68	3,63	3,62	3,61	3,85	4,01	4,16
Agreste Setentrional	3,22	3,24	3,36	3,35	3,38	3,35	3,45	3,47
Mata Norte	4,62	4,52	4,43	4,46	5,12	6,20	7,07	8,70
Mata Sul	5,57	5,55	5,44	5,42	5,54	5,59	5,62	5,54
Metropolitana	62,77	62,43	63,22	63,77	62,43	60,88	59,86	58,20
Sertão Central	1,40	1,34	1,14	0,98	1,02	0,99	1,00	0,95
Sertão de Itaparica	1,54	1,40	1,42	0,89	0,95	1,19	1,11	1,17
Sertão do Araripe	1,57	1,52	1,51	1,57	1,59	1,60	1,59	1,63
Sertão do Moxotó	1,27	1,23	1,25	1,23	1,27	1,24	1,31	1,27
Sertão do Pajeú	1,84	1,92	1,86	1,88	1,93	1,93	1,93	1,91
Sertão do São Francisco	4,53	4,34	4,42	4,46	4,41	4,47	4,44	4,28

Fonte: CONDEPE/FIDEM (2020).

Fazendo um recorte na análise, é possível verificar que o Agreste Central possui comparativamente a segunda maior participação no PIB estadual, ficando atrás somente da RMR ao longo de todo período analisado. É importante ressaltar que entre dos municípios que compõem o Agreste Central, apenas 8 dos 26 municípios apresentaram evolução positiva na participação do PIB regional nesse período, merecendo destaque os municípios de São Bento do Una (36,20%), Taicombó (15,94%), Lagoa dos Gatos (15,71%) e Belo Jardim (10,10%). No ano de 2017, no entanto, os municípios com maior participação no PIB do Agreste Central foram Caruaru (43,41%), Belo Jardim (11,34%), Gravatá (6,75%), São Bento do Una (6,02%) e Pesqueira (4,37%). Inevitavelmente, verifica-se através dos dados expostos na Tabela 01, o fortalecimento da representatividade econômica da região da Zona da Mata Norte, principalmente a partir do ano de 2014.

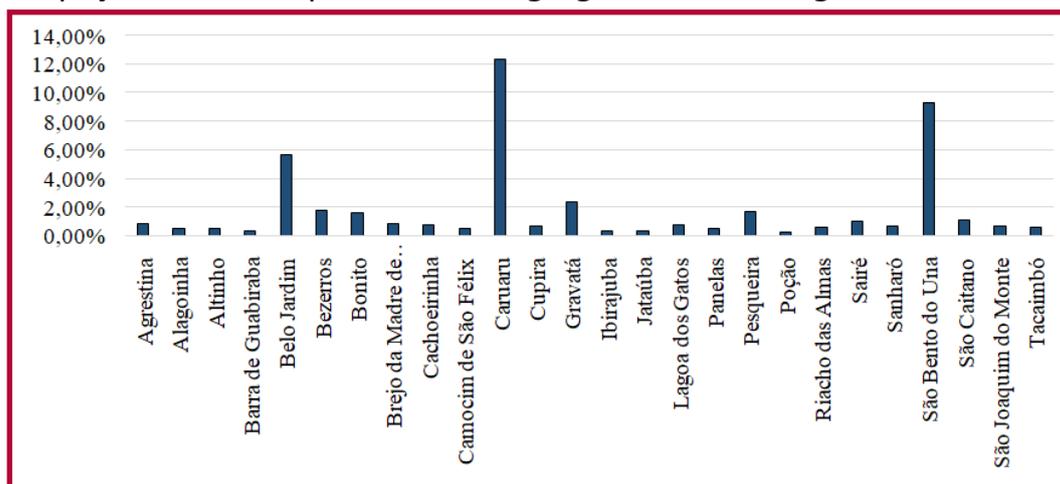
Vale ressaltar que essa região registrou um salto significativo no crescimento da sua participação no PIB estadual de 88,31% de 2010 a 2017. É relevante destacar que esse movimento evidencia a força dinâmica promovida com a inauguração da fábrica da CA-Fiat Chrysler Automobiles em abril de 2015 no município de Goiana-PE.

A partir do desmembramento dos dados que compõem o PIB estadual, é interessante analisar o peso setorial e regional sob a ótica do Valor Adicionado Bruto (VAB) na composição do PIB estadual. Sob a análise do VAB, identifica-se que no ano de 2017, a Zona da Mata Norte foi a que apresentou a maior evolução nessa variável, em torno de 74,10%, seguido do Agreste Meridional com 13,10% e Agreste Central com 8,04%. Nesse sentido, os dados demonstram que a Zona da Mata Norte apresentou o segundo melhor desempenho dentre as microrregiões do estado, o que evidencia a relevância de ações estruturadas sob o alicerce de um programa de incentivos à interiorização da atividade econômica para o

estado como um todo. Ao analisar especificamente o Agreste Central, verifica-se que os municípios de Belo Jardim, Caruaru e São Bento do Una destacam-se no cômputo total do VAB da região, conforme mostra o Gráfico 01.

Gráfico 01

Participação dos Municípios no Valor Agregado Bruto do Agreste Central - 2017



Fonte: CONDEPE/FIDEM (2020).

Ao desagregar o VAB por setor e para os municípios do Agreste Central no ano de 2017, Caruaru apresenta-se forte no setor de serviços, com 4,74% no desempenho dessa variável para essa região de desenvolvimento. Belo Jardim sinalizou uma leve diversificação entre os setores da agropecuária e a indústria, com 2,32% e 1,88%, respectivamente. É possível constatar ainda uma presença significativa da agropecuária em São Bento do Una, 8,37%.

A agropecuária também se destaca em termos da evolução percentual do VAB setorial em outros municípios, como Lagoa dos Gatos (264%), São Bento do Una (136,40%), Belo Jardim (109%), Tacaimbó (94,12%) e Caruaru (49,53%). Já o setor industrial apresentou uma evolução positiva mais significativa nos municípios de São Caetano (140%), Bonito (66,67%), Pesqueira (57,14%), São Bento do Una (44,44%), Belo Jardim (42,42%), Tacaimbó (33,33) e Agrestina (25%).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO (CONDEPE/FIDEM). Disponível em: <www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2020.



Dimensões da Atividade Econômica de Municípios do Agreste Pernambucano: Uma Análise com Base em Dados de Valor Adicionado Bruto (2002-2017)

MARISA FREITAS DA SILVA (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

RODOLFO G. REGUEIRA DA SILVA (GERENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICAS, AGÊNCIA CONDEPE FIDEM)

ANDRÉ LUIZ DE MIRANDA MARTINS (DOUTOR EM ECONOMIA, PROFESSOR ASSOCIADO DO CAA/UFPE)

Permanece fundamental a delimitação do Agreste feita por Manoel Correia de Andrade: “o que caracteriza o Agreste é a diversidade de paisagens que ele oferece em curtas distâncias, funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com suas áreas muito secas e muito úmidas” (Andrade, 2011, p. 44). Semiárido, eventualmente pluvioso (isoietas de 1.000 a 650 mm na direção oeste, caracterizando uma zona climática de planalto) e brejeiro¹, o Agreste é sempre um corredor entre a Mata e as vastidões do Sertão, alongando-se por todo o Nordeste Oriental e a Bahia. Esse aspecto de “zona de transição” sub-regional contribuiu para que, a partir de sua colonização inicial, por criadores de gado, no Agreste predominasse a policultura – como algodão e, em menor medida, o café, protagonizando ciclos econômicos. Mais recentemente, a relativa equidistância tanto das áreas metropolitanas litorâneas quanto do sertão mais próximo asseguraria a função de eixo do comércio inter-regional de bens e serviços.

A irresolução de questões regionais postas há décadas – das quais desponta a rural-agrícola –, somada às recentes ondas de liberalização econômica, engendrou “Nordestes”, ilhas de produtividade e áreas de exclusão: territórios dinâmicos, marcados pelo crescimento das

1 “Convém salientar que no Nordeste chamamos ‘brejo’ as áreas úmidas ilhadas, quase ilhadas ou marginais à caatinga semi-árida. Assim, o ‘brejo’ é aquela região onde não há seca, onde há água durante todo o ano, não tendo a palavra a mesma acepção que tem no Sul do País, onde (...) significa área encharcada (Andrade, op. cit., p. 68n). A baixa pluviosidade (inferior a 650 mm) de certas áreas do Agreste é compensada pela ocorrência dos brejos, “pequenas manchas úmidas de altitude ou vales bem orientados quanto à direção dos ventos” (Melo, 2012, p. 18).

idades médias, pela intensa diversificação do setor de serviços, e pelo estabelecimento de atividades industriais – algumas mais intensivas em tecnologia e conhecimento, outras associadas à indústria precária repaginada pela globalização, tais como a de confecções, onipresente na Região –, que coexistem com áreas estagnadas. Isto, apesar da expansão dos programas de transferência de renda e das políticas públicas de infraestrutura, implementadas desde meados da década de 2000. Transformações que atravessariam o “corredor” agrestino, com desigualdades perceptíveis, por vezes explícitas, nos níveis microrregional e municipal.

À luz do exposto, destacam-se dados de Valor Adicionado Bruto (VAB) de 2002 a 2017 para as populosas Regiões de Desenvolvimento (RDs) do Agreste Pernambucano: Setentrional, Central e Meridional². O uso de dados de valor adicionado bruto permite a captura da estrutura e da evolução, com os respectivos pesos relativos, dos setores econômicos em um território determinado. É um dado-síntese.

Na Tabela 01 tem-se o crescimento do VAB Total (todos os setores: agropecuário, industrial, serviços e administração pública) estadual e das RD do Agreste. Note-se, desde logo, a evolução mais rápida no VAB das três RD agrestinas comparativamente ao comportamento do VAB estadual.

Tabela 01

Pernambuco e Agreste Pernambucano (RD), crescimento do VAB Total
2002-2017 (anos selecionados; 2002 = 100)

	2002	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Pernambuco	100	107,5	137,6	170,2	217,9	300,5	388,0	341,7	501,6
Agreste Setentrional	100	105,8	143,0	187,8	238,3	343,4	455,0	506,0	611,7
Agreste Central	100	109,6	151,1	196,7	247,1	347,6	456,0	529,9	619,7
Agreste Meridional	100	110,2	145,1	190,6	242,6	309,3	389,2	460,7	577,7

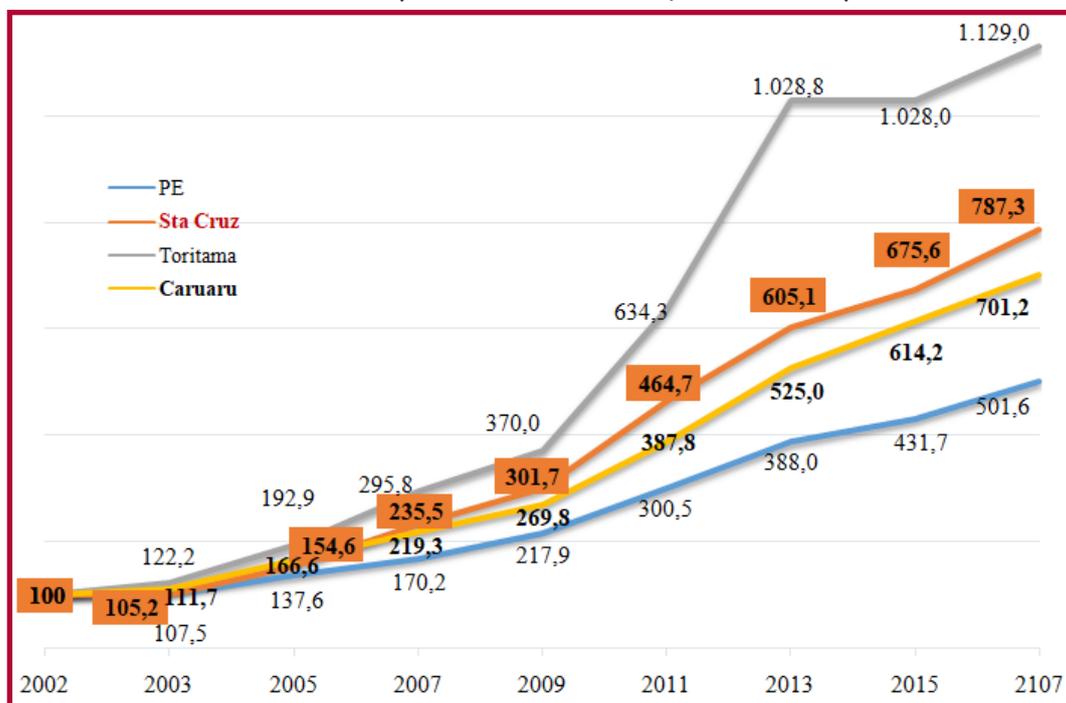
Fonte: Ag. Condepe Fidem.

Já o Gráfico 01 destaca o VAB Total dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, no Agreste Setentrional, e de Caruaru, no Agreste Central, comparativamente ao VAB Total estadual.

² Dados recentes (Estimativa do TCU para 2019) indicam uma população de 2.412.364 habitantes no Agreste, correspondente a cerca de 25% da população de Pernambuco. Veja-se o Anexo para detalhes de território e demografia das RD do Agreste Pernambucano.

Gráfico 01

Pernambuco e Agreste (municípios selecionados): Crescimento do VAB Total
2002-2017 (anos selecionados; 2002 = 100)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Ag. Condepe Fidem (2020).

O destaque conferido a esses municípios se justifica tanto pela expansão mais intensa do seu VAB em relação às RD onde se situam quanto por suas particulares estruturas produtivas. Santa Cruz do Capibaribe, na microrregião do Alto Capibaribe, articula um polo industrial de confecções a um pujante comércio atacadista. O desempenho destacado, principalmente entre 2009 e 2017, da pequena Toritama, na mesma microrregião, pode-se explicar pelas particulares condições em que se deu sua especialização na produção e no comércio varejista de confecções³. Assim como Santa Cruz do Capibaribe, Toritama foi forte beneficiária dos ciclos de crescimento da economia nordestina nas décadas de 2000 e 2010.

Caruaru, na microrregião do Vale do Ipojuca, é a cidade mais populosa e mais economicamente importante de todo Agreste: articula atividades de comércio atacadista-varejista e logística, indústrias da construção e de confecções, bem como saúde privada e educação pública e privada (contando com diversas Instituições de Ensino Superior, inclusive unidades

3 Em 2002, 92% da população de Toritama já ocupava, direta ou indiretamente, na indústria de confecções. Dos 2.196 empreendimentos então existentes, 54% funcionavam como empresas e 63% dos fabricos domiciliares (faccões) eram contratados apenas para a tarefa de costura de peças (Fade-UFPE, 2003). Em 2012, só 36% das 2.818 estimadas unidades produtivas se organizavam como empresa (Sebrae, 2013). Pesquisa recenterealizada junto a 3.053 unidades produtivas revelaria que, destas, 1.777 não adquiriam insumos para fabricação de confecções: “apenas prestam serviços (...) para as indústrias de confecção de Toritama, e 1.276 (...) adquirem algum tipo de matéria prima, insumos e/ou acessórios para o processo produtivo” (Sebrae, 2019, p. 3). Em 2019, as lojas em Toritama respondiam por 84,67% dos canais de comercialização do município (Sebrae, 2019).

da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade de Pernambuco, estadual). Não surpreende que Caruaru tenha respondido, em média, ao longo da série 2002-2017, por 22% do VAB Total e 33% do VAB de Serviços (exclusive os públicos) de toda a mesorregião⁴.

Não consta do Gráfico 01 o município de Garanhuns, no Agreste Meridional, porção agrestina mais úmida, historicamente agropecuarista⁵. Este município, o mais importante da RD, tem como atividades econômicas principais o comércio varejista e atacadista microrregional, o turismo e as indústrias da construção e de alimentos (especialmente laticínios). O crescimento do seu VAB Total quase que se confunde com o de Pernambuco, cuja trajetória entre 2002 e 2017 foi estrangulada pelo desempenho das regiões e/ou municípios economicamente mais débeis.

Ao que tudo indica, Garanhuns se ressentia, quantitativa e qualitativamente, daquelas atividades que elevariam a participação de seu VAB Industrial, com os encadeamentos interseoriais que daí adviriam, em particular no setor de serviços. Essa limitação pode evidenciar-se pelo peso da Administração Pública (APU) na geração de valor e de empregos formais nesse município.

A comparação com Caruaru mostra-se evidente porquanto se tratam dos dois municípios mais importantes de toda a mesorregião do Agreste. A participação no VAB Total de Garanhuns no VAB Total mesorregional foi, na série 2002-2017, de 7,7%, contra 22% para Caruaru, em média. A propósito, no ranking das seis maiores contribuições municipais ao VAB Total mesorregional em 2017 estiveram os municípios de Caruaru (22,2%), Garanhuns (7,5%), Belo Jardim (5,7%), Santa Cruz do Capibaribe (4,7%), Gravatá (3,6%) e São Bento do Una (3,4%)⁶.

Já a razão VAB-APU/VAB Total observada para Garanhuns, na média do interregno de 2002 a 2017, foi de 26%, contra 21,6%, em média, observados para Caruaru, segundo dados da Ag. Condepe Fidem. Por fim, a participação do emprego na APU no total do emprego formal, registrada como média para o mesmo interregno, foi de 13% para Caruaru contra 18% para Garanhuns, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020)⁷. Ora, a população residente em Garanhuns é de cerca de 40% da população residente em Caruaru.

4 Dados da Ag. Condepe Fidem (2020).

5 “Em Pernambuco, a maior área Agrestina úmida é representada pelo Planalto de Garanhuns, como meridional da Borborema, com altitudes superiores a 750 metros. Deste ponto partem os principais rios alagoanos (...) e, graças à umidade existente, dominou no passado uma floresta de altitude que foi derrubada nos fins do século passado e início deste [séc. XX] e substituídas por grandes cafezais. Até a aplicação da política de erradicação dos cafezais [em 1965] esta zona constituiu a principal produtora de café de Pernambuco” (Andrade, op. cit., p. 46).

6 Dados da Ag. CondepeFidem (2020).

7 Para o conjunto do Agreste Meridional, a participação do emprego na Administração Pública no total do emprego formal alcança os 50% em alguns anos da série 2002-2017. Mesmo representativa no Agreste Meridional, a agropecuária não responde, nas décadas de 2000 e 2010, por mais do que 5% do emprego formal na RD, com o assalariamento rural concentrado nos municípios de Garanhuns e São Bento do Una (dados da SDT/MDA, 2020).

Entretanto, é nos municípios menores e predominantemente agropecuaristas, dos três Agrestes pernambucanos, que se mostra mais dramática a razão VAB-APU/VAB Total. Entre 2003 e 2017, as atividades econômicas representativas nos municípios agrestinos onde essa razão se mostrou, em média, superior a 60%, eram (são) a bovinocultura de corte e/ou de leite e os cultivos, típicos de subsistência, de batata-doce, mandioca e feijão⁸. A questão, aqui, é menos de “quanto” de Estado, mas de **como** atua o Estado, se o objetivo almejado ainda é o desenvolvimento territorial do Agreste Pernambucano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FADE-UFPE. **Estudos de caracterização econômica do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco**. Recife: Fade-UFPE, 2003.

MELO, M. L. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. 2. ed. rev. Recife: Cepe, 2012.

SEBRAE. **Estudo econômico das indústrias de confeções de Toritama/PE**. Recife, abril/2019.

_____. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confeções do agreste pernambucano**, 2012. Relatório Final. Recife, maio/2013.

ANEXO

Regiões de Desenvolvimento (RD) do Agreste Pernambucano: território e demografia

Municípios por RD	População (hab.)	Área (km ²)
Agreste Central: Agrestina, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Cupira, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Panelas, Pesqueira, Poção, Pombos, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Una, São Caitano, São Joaquim do Monte e Tacaimbó.	1.145.727	9.364
Agreste Setentrional: Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Vicente Ferrer, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes.	579.439	3.538

8 Segundo informações da Ag. CondepeFidem (2020). Destaque-se os municípios de Buíque, Casinhas, Cumaru, Iati, Ibirajuba, Panelas, Poção e Tupanatinga. Veja-se o Anexo para as suas localizações.



Agreste Meridional: Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São João, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa.

687.198

13.153

Fontes: Ag. CondepeFidem; BNB; TCU (2020).



Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Vice-Presidente: André Lima de Morais

Conselheiros Efetivos: Bruna Rodrigues Florio
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Poema Isis Andrade de Souza
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe